

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A  
Diretoria e Quotistas da  
Guarupart Participações Ltda.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guarupart Participações Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guarupart Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administração continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

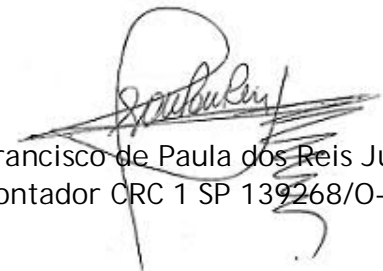
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 29 de março de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1



Francisco de Paula dos Reis Júnior  
Contador CRC 1 SP 139268/O-6



Victor Henrique Fortunato Ferreira  
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
Ativo		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante:</b>		<b>89.683</b>	<b>107.123</b>	<b>3.605.646</b>	<b>2.592.595</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	19	19	1.580.089	613.753
Investimento de curto prazo	6	-	-	365.765	215.439
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	124.002	100.805
Contas a receber de clientes	8	-	8.077	234.647	215.094
Estoques		-	-	662	588
Impostos a recuperar	9a	7.779	6.883	71.797	60.341
Adiantamentos a fornecedores		4	30	19.449	9.613
Despesas antecipadas		30	30	6.986	8.753
Dividendos a receber - Partes relacionadas	10	81.264	91.694	16.878	7.335
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	1.105.358	1.237.557
Outros ativos		587	390	80.013	123.317
		<b>2.120.417</b>	<b>1.897.741</b>	<b>7.991.974</b>	<b>7.780.430</b>
<b>Não circulante:</b>					
Títulos e valores mobiliários	7	57.302	57.302	62.005	61.597
Alienações de investimentos	11	57.220	57.220	57.220	57.220
Contas a receber de clientes	8	-	-	12.092	10.439
Impostos a recuperar	9a	-	-	33.961	44.072
Tributos e contribuições sociais diferidos	9b	-	-	13.443	15.299
Partes relacionadas	10	427	2.298	427	2.298
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	3.218.152	3.214.062
Estoques		-	-	26.081	26.113
Cauções e depósitos judiciais		4.513	4.364	19.501	17.621
Outras contas a receber		3.220	3.220	32.509	39.156
Investimentos	13	1.994.661	1.770.219	339.533	333.361
Imobilizado	14	2.918	2.962	4.028.428	3.813.285
Intangível	15	156	156	148.622	145.907
<b>Ativo total</b>		<b>2.210.100</b>	<b>2.004.864</b>	<b>11.597.620</b>	<b>10.373.025</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
Passivo		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante:</b>		<b>98.389</b>	<b>162.548</b>	<b>1.722.386</b>	<b>1.848.319</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	8.436	98.632	1.099.819	1.283.516
Fornecedores		4.141	3.884	145.740	170.386
Salários, férias e encargos sociais		-	-	19.763	12.002
Tributos e Contribuições Sociais Corrente e Diferido	17a	1.235	1.040	108.229	99.283
Adiantamentos de clientes		-	-	-	-
Dividendos a pagar		83.383	57.815	215.523	146.801
Provisões de constituição dos ativos	18	-	-	38.877	42.979
Provisões para gastos ambientais	19	-	-	15.228	21.789
Taxas regulamentares e setoriais	20	-	-	58.776	52.576
Provisão para contingências	21	-	-	77	277
Outras obrigações		1.194	1.177	20.354	18.710
<b>Não Circulante</b>		<b>84.296</b>	<b>23.474</b>	<b>4.235.610</b>	<b>3.918.199</b>
Empréstimos e financiamentos	16	60.105	-	3.731.893	3.382.767
Tributos e Contribuições Sociais Corrente	17a	-	-	2.132	1.493
Provisão para contingências	21	1.003	1.003	8.534	7.493
Adiantamento de clientes		-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	125
Imposto de renda e Contr. Social diferido	17b	116	136	435.267	468.796
Partes relacionadas	10	23.072	22.335	23.072	22.335
Provisões de constituição dos ativos	18	-	-	6.677	8.107
Provisão para gastos ambientais	19	-	-	734	904
Outras contas a pagar		-	-	27.301	26.179
<b>Participação de acionistas não controladores</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.612.209</b>	<b>2.787.665</b>
<b>Patrimônio líquido:</b>		<b>2.027.415</b>	<b>1.818.842</b>	<b>2.027.415</b>	<b>1.818.842</b>
Capital social realizado	22	476.726	476.726	476.726	476.726
Gasto com emissão de ações reflexa		(38.123)	(22.136)	(38.123)	(22.136)
Reserva de capital	22	42.551	43.884	42.551	43.884
Reserva de lucros	22	1.541.563	1.320.548	1.541.563	1.320.548
Lucros Acumulados		-	-	-	-
Ajustes Acumulados de conversão		4.698	(180)	4.698	(180)
<b>Patrimônio líquido mais participação de acionistas não controladores</b>		<b>2.027.415</b>	<b>1.818.842</b>	<b>5.639.624</b>	<b>4.606.507</b>
<b>Passivo total</b>		<b>2.210.100</b>	<b>2.004.864</b>	<b>11.597.620</b>	<b>10.373.025</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Demonstrações do resultado e resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 20167 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita operacional bruta:</b>					
Transmissão e geração de energia		-	-	1.107.940	1.241.664
Venda de Energia		-	-	591.108	463.626
Serviços prestados		-	-	-	-
<b>Receita operacional bruta:</b>	24	-	-	<b>1.699.048</b>	<b>1.705.290</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	24	-	-	<b>(160.857)</b>	<b>(151.479)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	24	-	-	<b>1.538.191</b>	<b>1.553.811</b>
<b>Custos operacionais</b>					
Custo dos serviços prestados		-	-	(161.034)	(159.950)
Custo dos produtos vendidos		-	-	-	-
Energia comprada para revenda		-	-	(112.426)	(57.038)
Custo de infraestrutura		-	-	(40.142)	(39.815)
Depreciação / Amortização		-	-	(93.479)	(83.398)
		-	-	<b>(407.081)</b>	<b>(340.201)</b>
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>1.131.110</b>	<b>1.213.610</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais:</b>					
Administrativas e gerais		(5.583)	(10.415)	(73.275)	(65.881)
Depreciação /amortização		(34)	(83)	(6.013)	(4.774)
Honorários da Diretoria e Conselho de Adm.		-	-	(20.537)	(18.099)
Resultado da equivalência patrimonial	13	336.730	194.725	181.157	35.152
Outras receitas		42.024	46.195	53.028	129.684
Outras despesas		(40.043)	(31.084)	(40.604)	(38.678)
		333.094	199.338	93.756	37.404
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>333.094</b>	<b>199.338</b>	<b>1.224.866</b>	<b>1.251.014</b>
Despesas financeiras	23	(11.057)	(14.361)	(434.793)	(527.594)
Receitas financeiras	23	1.016	190	143.751	83.168
		<b>(10.041)</b>	<b>(14.171)</b>	<b>(291.042)</b>	<b>(444.426)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>323.053</b>	<b>185.167</b>	<b>933.824</b>	<b>806.588</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(33.204)	(81.691)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(50.792)	(39.777)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>323.053</b>	<b>185.167</b>	<b>849.828</b>	<b>685.120</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		323.053	185.167	323.053	185.167
Acionistas não controladores		-	-	526.775	499.953
		323.053	185.167	849.828	685.120
<b>Lucro líquido por lote mil quotas do capital final atribuído aos sócios da companhia - R\$</b>		<b>0,68</b>	<b>0,39</b>		
Quantidade de quotas do capital - lotes de mil		476.726	476.726		
<b>EBTIDA - LAJIDA</b>		<b>333.128</b>	<b>199.421</b>	<b>1.324.358</b>	<b>1.339.186</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis



# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros										
	Capital social	(-) Gastos com emissao de açõ es reflexa	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Capital	Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão de balanço	Total Controladora	Ajustes de transações com partes relacionadas	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
Saldos em 01 de dezembro de 2016	476.726	(22.136)	76.433	1.138.125	44.641	-	27.978	1.741.767	-	2.444.274	4.186.041
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					(757)			(757)			(757)
Ajuste reflexo de Reserva de Reinvestimento								-			-
Ajuste de conversão de moeda estrangeira							(28.158)	(28.158)			(28.158)
Outros Ajustes				19				19			19
Dividendos				(32.904)	-			(32.904)		-	(32.904)
Variação na participação dos acionistas não controladores								-		343.391	343.391
Lucro líquido do exercício						185.167		185.167		-	185.167
Reserva legal			-					-			-
Dividendos propostos						(46.292)		(46.292)			(46.292)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				129.617		(129.617)		-			-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	476.726	(22.136)	76.433	1.234.857	43.884	9.258	(180)	1.818.842	-	2.787.665	4.606.507
Ajustes de saldo anterior			9.258			(9.258)		-			-
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					(1.333)			(1.333)			(1.333)
Gastos com emissões de ações reflexa		(15.987)						(15.987)			(15.987)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira							4.878	4.878			4.878
Outros Ajustes						20		20			20
Dividendos Complementares aprovado em assembleia						(23.708)		(23.708)		-	(23.708)
Variação na participação dos acionistas não controladores								-		824.544	824.544
Lucro líquido do exercício						323.053		323.053		-	323.053
Reserva legal			9.654	-		(9.654)		-			-
Dividendos propostos						(78.350)		(78.350)			(78.350)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				206.487		(206.487)		-			-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	476.726	(38.123)	95.345	1.441.344	42.551	4.874	4.698	2.027.415	-	3.612.209	5.639.624

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro líquido do exercício	323.053	185.167	849.828	685.120
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Resultado de não controladores	-	-	(526.775)	(499.953)
Resultado da equivalência patrimonial	(178.950)	(194.725)	(23.377)	(30.199)
Depreciação e amortização	34	83	100.622	88.172
Valor residual das baixas do imobilizado	1.283	-	1.877	120.572
Valor residual das baixas de investimentos	31.956	31.070	-	108.009
Valor residual das baixas do intangível	-	-	2.473	14.536
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias e cambiais líquidas)	10.696	12.475	378.685	440.730
Receitas financeiras	(1.011)	(190)	(113.324)	(44.062)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(33.204)	(81.691)
Imposto Diferido	-	-	(50.792)	(39.777)
Provisão para Devedores duvidosos	8.077	-	8.077	-
Ganho por perda de participação em investimentos	(157.780)	-	-	-
Valor residual das baixas do intangível	-	(4.308)	-	-
Ajuste participação de minoritário	-	-	824.544	343.391
	<b>37.358</b>	<b>29.572</b>	<b>1.418.634</b>	<b>1.104.848</b>
<b>(Aumento) Diminuição de Ativos</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	(29.283)	(26.386)
Contas a receber ativo financeiro	-	-	128.109	15.595
Estoques	-	-	(42)	(626)
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	1.856	(2.917)
Tributos e compensar	33	(43)	(416)	(19.343)
Adiantamentos a fornecedores	26	(30)	(9.836)	25.736
Investimento de curto prazo	-	-	(38.013)	(127.137)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(23.605)	(15.349)
Outras contas a receber	(197)	(42)	49.951	(46.104)
Cauções e depósitos judiciais	(149)	76	(1.880)	(5.515)
Partes relacionadas	1.953	(2.102)	1.953	(2.102)
Dividendos	-	-	13.182	12.361
Despesas antecipadas	-	3	1.767	1.148
	<b>1.666</b>	<b>(2.138)</b>	<b>93.743</b>	<b>(190.639)</b>
<b>Aumento (Diminuição) de Passivos</b>				
Fornecedores	257	587	(24.646)	(174.472)
Salários, férias e encargos sociais	-	-	7.761	1.718
Contribuições e impostos a recolher	195	279	42.150	98.204
Imposto de renda diferido	-	-	17.922	101.739
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	(6.731)	4.363
Provisões de constituição dos ativos	-	-	(5.532)	(50.076)
Outras provisões	-	-	7.241	(8.483)
Dividendos a pagar	-	-	43.154	2.455
Partes relacionadas	(261)	(750)	(261)	(750)
Outras contas a pagar	17	(1)	2.566	10.897
	<b>208</b>	<b>115</b>	<b>83.624</b>	<b>(14.405)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
	<b>39.232</b>	<b>27.549</b>	<b>1.596.001</b>	<b>899.804</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Investimento	-	(148.905)	(1.975)	11.509
Imobilizado	(1.273)	-	(311.300)	(353.207)
Intangível	-	-	(11.530)	(14.842)
Dividendos recebidos	78.320	113.118	-	-
	<b>77.047</b>	<b>(35.787)</b>	<b>(324.805)</b>	<b>(356.540)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Empréstimos tomados	65.000	120.569	1.037.346	920.294
Amortizações e pgto de empréstimos	(104.789)	(63.850)	(1.249.604)	(1.392.966)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(125)	(234)
Gastos com emissões de ações reflexa	-	-	(15.987)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(76.490)	(48.477)	(76.490)	(48.477)
	<b>(116.279)</b>	<b>8.242</b>	<b>(304.860)</b>	<b>(521.383)</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES</b>				
	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>966.336</b>	<b>21.881</b>
Disponibilidades no início do exercício	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>613.753</b>	<b>591.872</b>
Disponibilidades no final do exercício	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>1.580.089</b>	<b>613.753</b>
	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>966.336</b>	<b>21.881</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## **GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)**

---

#### **1. Contexto operacional**

A Guarupart tem por objeto social a participação em outras sociedades, civil ou comercial, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia, acionista ou quotista bem como a gestão e a comercialização de bens próprios.

#### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 29 de março de 2018.

##### **2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

##### **2.2. Base de preparação e apresentação**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)**

---

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas a cada data de reporte.

**2.3. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

**2.3.1. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

**2.3.2. Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

**2.4. Critérios de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a empresa controladora e as controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

**GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)**

a) A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas a seguir e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/12/2017	31/12/2016
<b>Controladas diretas:</b>			
Alupar Investimento S.A	Holding	51,35%	61,06
<b>Controladas indiretas:</b>			
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	Holding	70,02	70,02
Boa Vista Participações S.A.	Holding	80,00	80,00
Alupar Chile Inversiones SpA	Holding	100,00	100,00
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Geração	69,83	66,06
Ijuí Energia S.A.	Geração	86,66	86,66
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Geração	64,19	64,19
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Geração	68,83	68,83
Ferreira Gomes Energia S.A	Geração	100,00	100,00
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	Geração	51,00	51,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	Geração	0,34	-
Forquilha IV Energia S.A.	Geração	99,99	99,99
Verde 8 Energia S.A.	Geração	99,90	99,90
Água Limpa S.A.	Geração	90,00	90,00
La Virgen S.A.C.	Geração	6,71	12,53
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	21,96	21,96
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Transmissão	62,79	62,79
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	99,99	99,99
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	20,00	20,00
ACE Comercializadora Ltda.	Comercializadora	100,00	100,00
AF Energia S.A.	Serviços	99,99	99,99
Windepar Holding S.A.	Holding	100,00	100,00
Energia dos Ventos I S.A.	Geração	-	-
Energia dos Ventos II S.A.	Geração	-	-
Energia dos Ventos III S.A.	Geração	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	Geração	-	-
Energia dos Ventos X S.A	Geração	-	-

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/12/2017	31/12/2016
Controladas diretas:			
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	Transmissão	99,98	99,98
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	Transmissão	99,98	99,98
Alupar Colombia S.A.S	Holding	100,00	100,00
Transmissora Caminho do Café S.A. (a)	Transmissão	51,00	-
Transmissora Paraíso De Energia S.A. (a)	Transmissão	51,00	-
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. (b)	Transmissão	51,00	-
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.(i)	Transmissão	25,51	25,51
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (i)	Transmissão	40,01	40,01
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (i)	Transmissão	30,79	30,79
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	49,97	49,97
Companhia Transleste de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (iii) (i)	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (iv)	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (vi)	Transmissão	99,90	-
La Virgen S.A.C. (v)	Geração	74,55	52,47
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vi)	Transmissão	9,04	9,04
Companhia Transleste de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transirapé de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transudeste de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (vii)	Transmissão	9,23	9,23
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vii)	Transmissão	19,01	19,01
Energia dos Ventos I S.A. (viii)	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A. (viii)	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A. (viii)	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A. (viii)	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.(viii)	Geração	100,00	100,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P. (ix)	Geração	99,62	99,97
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (ix)	Transmissão	99,00	99,00
(i) Controladas diretamente pela EATE	(vi) Participação indireta via EATE		
(ii) Controladas diretamente pela Transminas	(vii) Participação indireta via ENTE		
(iii) Controlada diretamente pela ETEP	(viii) Participação indireta via Windepar		
(iv) Controlada diretamente pela ECTE	(ix) Participação indireta via Alupar Colombia		
(v) Controlada diretamente pela Alupar Peru			

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

### **3. Sumário das práticas contábeis**

#### **3.1. Ativos financeiros**

##### **a) Reconhecimento inicial**

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

##### **b) Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- **Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado** - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)

---

classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis** - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Ativos financeiros disponíveis para venda** - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

### 3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

### 3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados, estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

### 3.1.3. Contas a receber de clientes



A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

#### **3.1.3.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada em suas demonstrações contábeis.

#### **3.1.4. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

#### **3.1.5. Baixa de ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

#### **3.1.6. Contratos de concessão**

Os contratos de concessão estabelecem que os ativos vinculados à infraestrutura devam ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

#### **Modelo do ativo financeiro**

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

### **3.2. Investimentos**

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

### **3.3. Imobilizado**

#### **3.3.1. Imobilizado de Geração e Transmissão**

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 14, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2017.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### **3.3.2. Imobilizado de Serviços**

#### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### **Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)**

---

seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 14. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2017.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**3.4. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)**

---

da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

**Direito de concessão - uso do bem público**

O ativo intangível das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes, compreendem o direito das controladas operarem como concessionária de Uso do Bem Público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão.

A vida útil desse intangível é avaliada como definida, pelo prazo de 35 anos, conforme o período de concessão.

**Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos**

Referem-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Controlada incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos - SPEs controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado das controladas. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

**3.5. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor

recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **3.6. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

#### **3.6.1. Provisões para contingências**

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **3.6.2. Provisões para compensações ambientais**

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

### **3.6.3. Provisões de constituição dos ativos**

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas em obras a serem finalizadas, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

## **3.7. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia e suas controladas não apresentaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da

baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD.

### **3.7.1 Liquidação de passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### **3.8. Instrumentos financeiros - apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.9. Tributação**

#### **3.9.1. Impostos sobre as vendas**

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) - alíquota de acordo com o Estado aonde a energia é faturada.



Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

### **3.9.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes**

Atualmente, a Companhia, suas controladas e investidas estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

- **Lucro Presumido:** Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei n ° 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.
- **Lucro Real** - Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

### **3.9.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)**

---

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### **3.10.Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

### **3.11. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

### **3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

### **3.13. Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

### **3.14. Reconhecimento da receita**

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos

sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

#### **3.14.1. Receita de transmissão de energia elétrica**

As controladas do segmento de transmissão reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01 (R1). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura;
- Remuneração do ativo do financeiro da concessão.

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receita de transmissão de energia;
- Remuneração do ativo financeiro da concessão.

#### **3.14.2. Receita de suprimento de energia elétrica**

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

#### **3.14.3. Receita de juros**

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do

principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

### **3.15.Resultado por ação**

As controladas efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto das controladas atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

### **3.16.Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. As controladas da Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

### **3.17.Segmento de Negócios**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Consequentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

### **3.18.Receitas e despesas financeiras**

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de juros efetivos

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) - Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

### **3.19.Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) - Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### **3.20.Combinação de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia e suas controladas mensuraram a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for

classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia e suas controladas adquirem o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de veto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

#### **4. Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas.**

##### **4.1. Normas normas, alterações e interpretação de normas**

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018, com exceção do IFRS 16 que será a partir de 1º de janeiro de 2019. O Companhia e suas controladas não adotaram estas normas de forma antecipada.

##### **CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros**

###### **(i) Classificação - Ativos financeiros**

A nova norma determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Administração identificou que no segmento de transmissão a classificação do Ativo financeiro de concessão terão duas categorias: a parte recuperada por meio da Receita Anual Permitida - RAP como custo amortizado; e a parte recuperada pela indenização no final da concessão como valor justo por meio do resultado. Os novos requerimentos de classificação não terão um impacto significativo na contabilização.

###### **(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros**

A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Nos segmentos de geração, transmissão e comercialização a Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma em PECLD (Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa), bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

###### **(iii) Contabilidade de hedge**

A nova norma torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. As novas regras não impactarão a Companhia

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

e suas controladas devido à ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

#### CPC 37 / IFRS 15 Receita de contratos com clientes

Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes que enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes e as obrigações de desempenho atreladas, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida.

A Administração avaliou os impactos nos segmentos de geração, transmissão e comercialização e não identificou impactos significativos devido a adoção desta norma para reconhecimento da receita.

#### IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual. As novas regras não impactarão a Companhia e suas controladas.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Bancos - Depósitos a vista			14	14	312.459	81.417
Fundos de investimento (*)	97,84%	97,05%	-	-	507.249	196.047
Certificados de depósitos bancários	93,10%	98,50%	-	-	550.803	108.397
Operações compromissadas	90,00%	90,00%	-	-	72.058	60.114
Outros fundos de investimento	82,13%	96,69%	-	-	129.390	144.142
Aplicações automáticas	22,54%	53,72%	5	5	8.130	8.173
Aplicações no exterior	0,00%	0,56%	-	-	-	15.463
			19	19	1.580.089	613.753

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que as aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e em aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

#### Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa



## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, operações compromissadas e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

(\*) Referem-se ao fundo exclusivo FI - Energia, cuja composição da carteira é assim como segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Composição da carteira</b>		
Operações compromissadas - Notas do tesouro nacional	497.263	196.058
Títulos federais - Letras financeiras do tesouro	380.589	160.248
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	27.450	55.191
Valores a pagar	(21)	(13)
Disponibilidades	1	2
Outros cotistas	(42.254)	-
<b>Total - FI Energia</b>	<b>863.028</b>	<b>411.486</b>
Registrado em caixa e equivalentes de caixa	497.263	196.047
Registrado em investimentos de curto prazo	365.765	215.439
<b>Total - FI Energia</b>	<b>863.028</b>	<b>411.486</b>

## 6. Investimentos de curto prazo

Investimentos de curto prazo:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo</b>				
Fundos de investimento (*)	90,00%	97,77%	365.765	215.439
			<u>365.765</u>	<u>215.439</u>

Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundo exclusivo investido primordialmente em títulos do Tesouro Brasileiro (vide abaixo), e outros fundos de investimento em CDI, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(\*) Referem-se ao fundo exclusivo FI - Energia, vide composição na Nota Explicativa 5.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

#### 7. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira dos títulos mobiliários é assim como segue:

	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b><u>Circulante</u></b>				
Outros fundos de investimentos	84,58%	88,31%	113.985	89.984
Operações compromissadas	100,80%	100,80%	10.017	10.821
			124.002	100.805
<b><u>Não circulante</u></b>				
Outros fundos de investimentos	95,68%	95,36%	4.703	4.295
Debentures (Principal)	100% cdi + Spread 4,10% aa	100% cdi + Spread 4,10% aa	57.302	57.302
			62.005	61.597
			186.007	162.402

Os títulos e valores mobiliários são compostos por:

- Aplicações financeiras constituídas como contas reservas definidas nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos;
- Aplicações financeiras destinadas ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito a aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

#### 8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Duplicatas a receber de clientes	10.712	10.712	10.712	10.712
Medições a faturar	-	-	-	-
Contas a Receber - Sistema de Transmissão de Energia	-	-	126.751	144.260
Contas a Receber - Sistema de Geração de energia	-	-	119.988	73.196
	10.712	10.712	257.451	228.168
(-) Provisão para devedores duvidosos	(10.712)	(2.635)	(10.712)	(2.635)
	-	8.077	246.739	225.533
Circulante	-	8.077	234.647	215.094
Não circulante	-	-	12.092	10.439
	-	8.077	246.739	225.533

A Companhia tem como critério constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa para clientes em processo de concordata e para títulos vencidos acima de 360 dias, exceto para empresas públicas e governamentais.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

#### 9. Impostos a compensar

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas sofreram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

##### a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e outros tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Impostos a recuperar				
Circulante				
IRRF	-	43	33.564	29.952
IRPJ/CSLL	-	-	28.005	19.747
PIS	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-
INSS	1.301	1.301	1.301	1.301
Saldo Negativo - IRPJ	6.478	5.539	6.478	5.539
ICMS	-	-	-	-
Outros	-	-	2.449	3.802
<b>Total circulante</b>	<b>7.779</b>	<b>6.883</b>	<b>71.797</b>	<b>60.341</b>
Não circulante				
COFINS	-	-	2.292	6.142
PIS	-	-	-	-
INSS	-	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro	-	-	7.123	8.544
Imposto de Renda	-	-	20.877	24.768
Outros	-	-	3.669	4.618
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.961</b>	<b>44.072</b>
<b>Total</b>	<b>7.779</b>	<b>6.883</b>	<b>105.758</b>	<b>104.413</b>

##### b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Não Circulante				
IRPJ Diferido	-	-	9.885	11.250
CSLL Diferido	-	-	3.558	4.049
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.443</b>	<b>15.299</b>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

#### 10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2017 e 31 dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b><u>Ativo circulante</u></b>	<b>81.264</b>	<b>91.694</b>	<b>16.878</b>	<b>7.335</b>
<b><u>Dividendos a receber</u></b>	81.264	91.694	16.878	7.335
Alupar Investimentos S.A	81.264	91.694	-	-
Transnorte Energia S.A	-	-	75	75
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	-	-	16.803	7.260
<b><u>Ativo não-circulante</u></b>	<b>427</b>	<b>2.298</b>	<b>2.298</b>	<b>2.298</b>
<b><u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u></b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
Licht Energia S.A	11	8	8	8
<b><u>Operações de mútuos</u></b>	<b>416</b>	<b>2.290</b>	<b>2.290</b>	<b>2.290</b>
Cime Administração e Participações S.A	416	2.290	2.290	2.290

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b><u>Passivo não-circulante</u></b>	<b>23.072</b>	<b>22.335</b>	<b>23.072</b>	<b>22.335</b>
<b><u>Operações de mútuos</u></b>	<b>23.072</b>	<b>22.335</b>	<b>23.072</b>	<b>22.335</b>
Cime Administração e Participações S.A	-	-	-	-
Ebac	5.646	5.646	5.646	5.646
Cavan Premoldado S.A.	5.235	4.939	5.235	4.939
614 TVC Interior S/A	12.191	11.750	12.191	11.750

#### 11. Alienação de Investimentos

Neste quadro está contabilizado a valor passível de recebimento referente aos investimentos alienados que geram valores passíveis de recebimento. Em 11/03/2014 foi realizada a venda da participação da Alumini Engenharia S.A, antiga denominação da Alusa Engenharia para a empresa Quatro Participações S/A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)**

---

De acordo com o contrato de compra e venda em 28/03/2014 foram vendidas 41.241.450 ações ordinárias e 102.482.950 preferenciais, por R\$ 56.000 milhões e o exercício da opção de venda e compra realizada em 30/07/2014 por R\$ 32.220mil. Deste valor foram recebidos R\$ 31 milhões, restando o saldo de R\$ 57.220 mil. Em 16/04/2015, foi assinado um aditivo contratual onde o vencimento das parcelas teriam uma carência de 36 meses.

## **12. Ativo financeiro da concessão**

### **a) Ativo financeiro da concessão**

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pelas controladas da Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União - Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar, para quem, e a que preço os serviços devem ser prestados.

As controladas da Companhia realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das controladas e investidas da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nestas controladas e investidas. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas e investidas são, ou serão, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
**(Em milhares de Reais)**

---

- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

**b) Critério de reajuste das tarifas de transmissão**

Os contratos de concessão estabelecem os valores de receita que as controladas de transmissão receberão ao longo do período de concessão, sendo tais valores estáveis e previsíveis. A RAP é contratada junto ao poder concedente na outorga das concessões e está sujeita à disponibilidade das linhas de transmissão, e não ao volume de energia transmitida. Segundo os contratos de transmissão das controladas, as RAPs são ajustadas anualmente, no mês de julho, pela variação anual do IGP-M ou IPCA, conforme contrato. As controladas diretas ETEM, ETES, ETVG e ELTE, as investidas TME e TNE, controladas indiretas EBTE, ESDE e ETSE, estão sujeitas a uma revisão tarifária a cada 5 anos, durante todo o prazo da concessão. Até que complete o 15º ano de concessão, essa revisão está relacionada essencialmente à variação do custo de dívida, atrelado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) (calculado pela média móvel de cinco anos dessa taxa), conforme regido nos editais de licitação das linhas de transmissão. Os contratos de concessão das controladas diretas EATE, ECTE, ENTE, ERTE, ETEP, ETES, STN, das controladas indiretas Transirapé, Transleste, Transudeste e das controladas diretas e indiretas Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. As controladas diretas ETAP, ETC, TPE, TCC, ESTE e TSM, estão sujeitas a três revisões tarifárias, a primeira no 5º ano a segunda no 10º ano e a terceira no 15º ano. Essa revisão está relacionada essencialmente à variação do custo de dívida, atrelado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) (calculado pela média móvel de cinco anos dessa taxa), conforme regido nos editais de licitação das linhas de transmissão.

Os contratos de concessão outorgados pela ANEEL, anteriores à publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 230, de 12 de setembro de 2006, que foi revogada pela Resolução Normativa nº 490, de 29 de maio de 2012, não contêm previsão que autoriza a revisão tarifária periódica da RAP. Isso porque os respectivos editais de licitação não continham tal previsão, permitindo aos licitantes que projetassem a

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

---

RAP constante de suas propostas financeiras sem levar em consideração eventuais revisões periódicas.

#### c) Reforços, Melhorias e Receita em função destas obras

O Poder Concedente poderá alterar, unilateralmente, os contratos de concessão, inclusive quando houver alteração do projeto ou das especificações anteriormente previstas. À concessionária é garantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão podendo ser conferida uma receita adicional para amortização dos investimentos realizados para a implementação de tais alterações.

Já as melhorias, em tese, encontram-se abrangidas pelo objeto de cada concessão e servem para a continuidade da prestação do serviço adequado. Melhoria compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos ou adequação destas instalações visando manter a prestação de serviço adequada à transmissão de energia elétrica, de acordo com o respectivo contrato de concessão, Resoluções Normativas e os Procedimentos de Rede. Os custos incorridos com melhorias são registrados de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, para que sejam considerados nas revisões da RAP subsequentes.

Reforço é a instalação, substituição ou reforma em instalações de transmissão existentes ou adequação destas instalações, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizadas previamente pela ANEEL, para aumento da capacidade de transmissão ou da confiabilidade do SIN, ou, a conexão de usuários. Determinadas espécies de reforços poderão ser implementadas diretamente pelas concessionárias de transmissão, sem a autorização prévia da ANEEL, desde que haja solicitação do ONS motivada por expansão da capacidade ou da confiabilidade do SIN.

A composição e a movimentação do ativo financeiro da concessão por controlada é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b><u>Circulante</u></b>		
Ativo financeiro da concessão	1.105.358	1.237.557
<b><u>Não circulante</u></b>		
Ativo financeiro da concessão	3.218.152	3.214.062
	<b><u>4.323.510</u></b>	<b><u>4.451.619</u></b>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

#### 13. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empresas coligadas e controladas	1.994.610	1.770.168	22	22
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto			331.674	325.502
Participação em outras empresas	51	51	51	51
Propriedades para investimentos	-	-	7.786	7.786
Total	<b>1.994.661</b>	<b>1.770.219</b>	<b>339.533</b>	<b>333.361</b>

Os investimentos em controladas e coligadas estão representados por:

	Alupar Investimento S/A	Outros Investimentos	Total
Total de ações/quotas do capital social	879.111.269		
Total de ações/quotas da controladora	451.466.495		
% de participação	51,35%		
<b>Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>3.883.930</b>		
Outras movimentações patrimoniais:			
Lucro (prejuízo) do exercício	330.886		
	<b>330.886</b>		
Movimentação dos investimentos na controladora:			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.770.146	22	1.770.168
Baixas	(31.956)	-	(31.956)
Dividendos	(67.890)	-	(67.890)
Constituição de reserva para Reinvestimento - Reflexa	-		-
Adições	-	-	-
Gastos com emissões de ações	(15.987)		(15.987)
Resultado de equivalência patrimonial	178.950	-	178.950
Ganho/Perda na conversão de balanço	4.878	-	4.878
Ganho de capital com perda de Participação	157.780		157.780
Agio/Deságio em participações	(1.333)		(1.333)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.994.588</b>	<b>22</b>	<b>1.994.610</b>

Em 05 de abril de 2017 a controlada “Alupar”, em reunião do Conselho homologou um aumento de capital de R\$833.462.493,50 (oitocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos) sendo emitidas 45.520.639 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e vinte mil, seiscentos e trinta e nove) novas Ações Ordinárias e 82.704.360 (oitenta e dois milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e sessenta) novas Ações Preferenciais, onde a companhia não exerceu o seu direito de subscrever, o que resultou em perda de participação de 8,91% e um ganho de capital de 157.780mil registrados em conta específica no resultado do exercício.



# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

### 14. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado são a seguinte

Imobilizado de serviços	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na conversão de balanços	31/12/2017
<b>Custo</b>							
Terrenos		2.675	-	(1)	-	-	2.674
Edificações	5%	1.965	-	-	-	-	1.965
Maquinas equip. e instalações industriais	10%-30%	1.286	-	(1.286)	-	-	-
Guindautos e equip. de transporte	10%	230	-	(230)	-	-	-
Veículos	5%-25%	895	-	-	-	-	895
Móveis e utensílios	10%	316	-	(316)	-	-	-
Computadores e periféricos	20%	159	-	(159)	-	-	-
Equipamentos de comunicação	10%	3	-	(3)	-	-	-
Ferramentas	10%	1	-	(1)	-	-	-
Adiantamentos para compra de imóveis		9	-	(9)	-	-	-
<b>Total custo</b>		<b>7.539</b>	<b>-</b>	<b>(2.005)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.534</b>
<b>Depreciação</b>							
Edificações	5%	(1.689)	(32)	-	-	-	(1.721)
Maquinas equip. e instalações industriais	10%-30%	(1.286)	-	1.286	-	-	-
Guindautos e equip. de transporte	10%	(230)	-	230	-	-	-
Veículos	5%-25%	(895)	-	-	-	-	(895)
Móveis e utensílios	10%	(313)	(3)	316	-	-	-
Computadores e periféricos	20%	(159)	-	159	-	-	-
Equipamentos de comunicação	10%	(4)	-	4	-	-	-
Ferramentas	10%	(1)	-	1	-	-	-
<b>Total Depreciação</b>		<b>(4.577)</b>	<b>(35)</b>	<b>1.996</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.616)</b>
<b>Total</b>		<b>2.962</b>	<b>(35)</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.918</b>

Imobilizado de Geração e Transmissão		Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Ganho e perda na conversão de balanços	31/12/2017
<b>Em serviço</b>							
<b>Custo</b>							
Terrenos		63.975	930	-	1.479	-	66.384
Reservatórios, Barragens e Adutoras		1.395.145	7	-	7.453	-	1.402.605
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		416.630	12.049	-	3.485	-	432.164
Máquinas e Equipamentos		1.668.158	2.177	-	6.579	18	1.676.932
Veículos		1.927	629	(187)	177	-	2.546
Móveis e Utensílios		6.082	585	-	(71)	-	6.596
Arrendamento Financeiro		-	-	-	-	-	-
<b>Total custo</b>		<b>3.551.917</b>	<b>16.377</b>	<b>(187)</b>	<b>19.102</b>	<b>18</b>	<b>3.587.227</b>
<b>Depreciação</b>							
Terrenos		-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1,67%	(109.353)	(30.287)	207	-	-	(139.433)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,34%	(30.572)	(9.489)	9	-	-	(40.052)
Máquinas e Equipamentos	2,52%	(137.773)	(53.453)	(229)	-	-	(191.455)
Veículos	9,39%	(975)	(321)	61	-	-	(1.235)
Móveis e Utensílios	6,91%	(2.103)	(695)	189	-	-	(2.609)
<b>Total Depreciação</b>		<b>(280.776)</b>	<b>(94.245)</b>	<b>237</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(374.784)</b>
<b>Total do Imobilizado de Geração e Transmissão em serviço</b>		<b>3.271.141</b>	<b>(77.868)</b>	<b>50</b>	<b>19.102</b>	<b>18</b>	<b>3.212.443</b>
<b>Em curso</b>		<b>539.182</b>	<b>294.923</b>	<b>(1.918)</b>	<b>(19.102)</b>	<b>(18)</b>	<b>813.067</b>
<b>Total da movimentação de geração e transmissão</b>		<b>3.810.323</b>	<b>217.055</b>	<b>(1.868)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.025.510</b>
<b>Total do imobilizado consolidado</b>		<b>3.813.285</b>	<b>217.020</b>	<b>(1.877)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.028.428</b>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

---

#### Imobilizado em curso

- -La Virgen: é uma pequena central hidrelétrica que terá a capacidade instalada de 84,0 MW e está em fase de construção. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo pertencente a essa obra em curso perfaz o montante de R\$ 520.870.
- -Verde 8: é uma pequena central hidrelétrica que terá a capacidade instalada de 30,0 MW e está em fase de construção. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo pertencente a essa obra em curso perfaz o montante de R\$ 168.897.

#### a) Capitalização de Encargos

A Companhia capitaliza, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures adquiridos para aquisição de imobilizado em formação. Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 19.288 (R\$ 35.963 em 31 de dezembro de 2016), aos quais foram parcialmente compensados pelas receitas geradas das aplicações financeiras que excederam o caixa, sendo em 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$ 1.826 (R\$ 2.450 em 31 de dezembro de 2016). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$ 17.462 (R\$ 38.413 em 31 de dezembro de 2016). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos controlada “alupar”

#### Análise de recuperação do imobilizado (impairment)

Em 31 de dezembro de 2017 não existem indicativos, por meio de fontes internas ou externas, de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudessem reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado.

#### Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

#### 15. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível consolidado é a seguinte:

Taxa média anual de amortização	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
<b><u>Outros intangíveis</u></b>					
Outros intangíveis - custo	22,27%	272	272	19.115	16.155
Uso do bem público				16.348	16.348
Outros intangíveis - amortização		(116)	(116)	(13.630)	(8.875)
<b>Total outros intangíveis</b>		<b>156</b>	<b>156</b>	<b>21.833</b>	<b>23.628</b>
<b><u>Intangível gerado na aquisição de ações</u></b>					
Ágio na aquisição de ações	2,59%	-	-	57.125	57.912
Amortização		-	-	(10.784)	(9.219)
<b>Total de ágio gerado na aquisição de ações</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>46.341</b>	<b>48.693</b>
<b><u>Projeto em desenvolvimento</u></b>					
		-	-	80.448	73.586
<b>Total intangível</b>		<b>156</b>	<b>156</b>	<b>148.622</b>	<b>145.907</b>

#### a) Intangível gerado na aquisição de ações (Ágio decorrente da concessão)

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados por suas controladas foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

##### Composição do ágio

	31/12/2017	31/12/2016
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
La Virgem S.A.C.	6.164	6.164
Energia dos Ventos I S.A. (**)	3.006	3.006
Energia dos Ventos II S.A. (**)	1.847	1.847
Energia dos Ventos III S.A. (**)	2.714	2.714
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	3.924	3.924
Energia dos Ventos X S.A. (**)	2.420	2.420
Sistema de Transmissão Catarinense - STC	8.942	8.942
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica(*)	9.766	9.766
Companhia Transleste de Transmissão (*)	3.814	3.814
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	2.767	2.767
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4.391	4.391
Outros	247	247
	<b>57.912</b>	<b>57.912</b>
Amortização de Ágio	(11.571)	(7.591)
	<b>46.341</b>	<b>50.321</b>

## **GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)**

---

(\*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transleste, Transudeste e Transirapé por parte da controlada EATE.

(\*\*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

#### **b) Projeto em desenvolvimento**

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia e suas controladas incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico - SPE's.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia e suas controladas. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais preparadas pela administração

#### **c) Análise de recuperação do intangível (impairment)**

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

#### **d) Garantias ou penhoras**

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

### **16. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas**

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)

Financiadores/ credores	Empresas	Vencimento	Encargos Financeiros		Circulante			Não Circulante			TOTAL GERAL 31/12/2017
			Indexador	Juros a.a.(%)	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2017	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2017	
Moeda nacional - R\$											
Nota Promissórias	Guarupart	jun/19	CDI + 2,5% a.a		8.436	-	8.436	60.105	-	60.105	68.541
Total Controladora					8.436	-	8.436	60.105	-	60.105	68.541
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	mai/18	-	8,00	1.518	(47)	1.471	-	-	-	1.471
Santander - CCB - Contrato nº 270319415	Alupar	mai/25	TJLP	2,56	-	-	-	-	-	-	-
Banco BTG Pactual	Alupar	nov/19		4,50	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	abr/27	TJLP	2,08	11.586	-	11.586	72.382	-	72.382	83.968
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	set/22	TJLP	2,50	2.900	-	2.900	2.648	-	2.648	5.548
Safra - CCB - Contrato nº 006265476	ECTE	abr/26	TJLP	2,44	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	abr/26	TJLP	2,04	1.670	-	1.670	13.484	-	13.484	15.154
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	set/23	TJLP	2,37	1.591	-	1.591	5.936	-	5.936	7.527
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	set/23	TJLP	2,38	3.445	-	3.445	24.527	-	24.527	27.972
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	out/19	-	4,50	112	-	112	798	-	798	910
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	nov/28	TJLP	2,02	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	nov/23	-	3,50	-	-	-	-	-	-	-
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/26	TJLP	10,00	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	jan/17	-	1,15	3.330	-	3.330	31.834	-	31.834	35.164
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	abr/31	TJLP	2,34	4.479	-	4.479	21.821	-	21.821	26.300
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	abr/31	TJLP	2,34	1.553	(6)	1.547	11.273	(33)	11.240	12.787
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	abr/31	TJLP	2,34	20.117	-	20.117	-	-	-	20.117
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/22	-	2,50	15.423	(240)	15.183	181.586	(2.948)	178.638	193.821
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	mar/27	TJLP	2,34	6.104	-	6.104	71.870	-	71.870	77.974
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	set/27	TJLP	3,17	689	-	689	8.109	-	8.109	8.798
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/25	TJLP	1,93	24.842	-	24.842	98.819	-	98.819	123.661
BNDES - Subcrédito E - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/25	TJLP	2,22	36	-	36	433	-	433	469
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	fev/17	-	10,00	15.979	-	15.979	127.571	-	127.571	143.550
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	fev/17	TJLP	5,70	13.670	-	13.670	115.226	-	115.226	128.896
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	fev/17	-	10,00	9.681	-	9.681	59.821	-	59.821	69.502
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	fev/17	TJLP	5,70	1.316	-	1.316	8.124	-	8.124	9.440
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	jan/25	TJLP	1,93	-	-	-	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	jan/25	TJLP	2,22	-	-	-	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	jul/18	-	3,00	-	-	-	-	-	-	-
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	out/32	TJLP	2,18	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	out/32	TJLP	2,18	9.823	-	9.823	58.349	-	58.349	68.172
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	out/32	TJLP	2,18	2.153	-	2.153	12.779	-	12.779	14.932
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	out/32	TJLP	2,18	24	-	24	-	-	-	24
BNDES	EDV I	out/32	TJLP	2,18	2.274	(25)	2.249	54.339	-	54.339	56.588
BANCO BTG PACTUAL	EDV I	jun/24	-	10,00	-	-	-	-	-	-	-
BNDES	EDV II	jul/20	-	4,50	1.284	(14)	1.270	30.673	-	30.673	31.943
BANCO BTG PACTUAL	EDV II	jan/24	-	3,50	-	-	-	-	-	-	-
BNDES	EDV III	out/29	TJLP	3,50	1.962	(19)	1.943	46.885	-	46.885	48.828
BANCO BTG PACTUAL	EDV III	abr/26	TJLP	6,00	-	-	-	-	-	-	-
BNDES	EDV IV	abr/21	TJLP	4,50	3.250	(23)	3.227	77.680	-	77.680	80.907
BANCO BTG PACTUAL	EDV IV	mar/25	-	9,50	-	-	-	-	-	-	-
BNDES	EDVX	mar/25	-	9,50	1.645	(18)	1.627	39.314	-	39.314	40.941
BANCO BTG PACTUAL	EDVX				-	-	-	-	-	-	-
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	ago/17	CDI	2,11	21.492	-	21.492	99.342	-	99.342	120.834
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé				133	-	133	209	-	209	342
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé				2.404	-	2.404	12.110	-	12.110	14.514
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé				551	-	551	4.595	-	4.595	5.146
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé				1.163	-	1.163	3.476	-	3.476	4.639
BNDES - Crédito automático Contrato 215.411	Transirapé				607	-	607	3.556	-	3.556	4.163
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste				2.555	-	2.555	15.178	-	15.178	17.733
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste				777	-	777	4.675	-	4.675	5.452
Subtotal					192.138	(392)	191.746	1.319.422	(2.981)	1.316.441	1.508.187
Moeda nacional											
Custo de captação BNDES	Pré Operacionais	Verde 8			-	-	-	-	-	-	-
Nota promissória - Banco Fator S.A	Verde 8				-	-	-	-	-	-	-
Subtotal					-	-	-	-	-	-	-
Total Consolidado - Moeda Nacional					200.574	- 392	200.182	1.379.527	- 2.981	1.376.546	1.576.728

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)

Financiadores/ credores	Empresas	Vencimento	Encargos Financeiros		Circulante			Não Circulante			TOTAL GERAL 31/12/2017
			Indexador	Juros a.a.(%)	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2017	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2017	
<b>Moeda estrangeira</b>	<b>Operacionais</b>										
Santader - Contrato nº 2885	Alupar Peru	out/17	Libor (*)	3,85	-	-	-	-	-	-	-
Santander Panamá - Contrato nº 826302	Alupar Peru	dez/17	Libor (*)	3,85	-	-	-	-	-	-	-
Banco Itaú ME	Alupar Peru	mar/17	Libor	3,80	21.322	-	21.322	79.492	-	79.492	100.814
Bancolombia - Contrato nº 175893	Risaralda	mar/17	Libor	3,00	-	-	-	-	-	-	-
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	jan/17		5,00	35.863	-	35.863	-	-	-	35.863
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189050	Risaralda	mar/17	DTF (T.A.) (*)	8,69	8.972	-	8.972	-	-	-	8.972
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 189049	Risaralda				11.215	-	11.215	-	-	-	11.215
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 185655	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	11.215	-	11.215	-	-	-	11.215
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 191765	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	13.457	-	13.457	-	-	-	13.457
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187344	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	15.700	-	15.700	-	-	-	15.700
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 187368	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	15.700	-	15.700	-	-	-	15.700
Banco CorpBanca - contrato de crédito nº 186652	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	22.429	-	22.429	-	-	-	22.429
Banco Itaú Pagare nº 20000000135	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	1.644	-	1.644	-	-	-	1.644
Banco Itaú Pagare nº 20000000225	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	1.670	-	1.670	-	-	-	1.670
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>					159.187	-	159.187	79.492	-	79.492	238.679
<b>Moeda estrangeira</b>	<b>Pré Operacionais</b>										
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	jan/18	Libor (*)	5,19	167.204	-	167.204	-	-	-	167.204
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	jan/18	-	4,5	99.875	-	99.875	-	-	-	99.875
Corporacion Andina de Fomento CAF	La Virgen	mar/32	Libor (**)		782	-	782	164.827	-	164.827	165.609
				até 5 anos							
Deg Deustsche Investitions	La Virgen	mar/32	Libor (**)	3,70, após	469	-	469	98.896	-	98.896	99.365
Itau Coprbanca Colombia Prenda	insmissora Colombiana				57	-	57	126	-	126	183
Itau Coprbanca Colombia Leasing	insmissora Colombiana				126	-	126	207	-	207	333
<b>Subtotal</b>					268.513	-	268.513	264.056	-	264.056	532.569
<b>Total consolidado - Moeda estrangeira</b>					<b>427.700</b>	<b>-</b>	<b>427.700</b>	<b>343.548</b>	<b>-</b>	<b>343.548</b>	<b>771.248</b>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)

Financiadores/ credores	Empresas	Vencimento	Encargos Financeiros		Circulante			Não Circulante			TOTAL GERAL 31/12/2017
			Indexador	Juros a.a.(%)	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2017	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2017	
Debêntures: Operacionais											
4ª Emissão	Alupar	fev/18	CDI	1,45	51.873	-	51.873	-	-	-	51.873
5ª Emissão	Alupar	mai/27	IPCA	7,80	23.451	(13)	23.438	359.929	(109)	359.820	383.258
6ª Emissão	Alupar	abr/21	IPCA	7,33	4.190	(1.230)	2.960	290.694	(2.871)	287.823	290.783
1º emissão	Windepar	dez/28	IPCA	7,63	6.174	(524)	5.650	68.839	(5.231)	63.608	69.258
3ª Emissão	EATE	out/17	CDI	0,99	83.310	(47)	83.263	20.844	(3)	20.841	104.104
4ª Emissão	EATE	mar/19	CDI	1,15	38.537	(33)	38.504	65.470	(22)	65.448	103.952
5ª Emissão - Série I	EATE	ago/20	109,75% CDI		606	(86)	520	126.000	(59)	125.941	126.461
5ª Emissão - Série II	EATE	set/19	113,00% CDI		267	(23)	244	54.000	(62)	53.938	54.182
6ª Emissão	EATE	set/21	116,00% CDI		14.129	(178)	13.951	57.272	(300)	56.972	70.923
2ª Emissão	ECTE	out/17	CDI	0,99	-		-			-	-
3ª Emissão	ECTE	fev/20	CDI	2,15	27.853	(179)	27.674	37.996	(65)	37.931	65.605
4ª Emissão	ECTE	ago/20	109,75% CDI		64	(144)	(80)	75.000	(374)	74.626	74.546
1ª Emissão	ENTE	set/19	113,00% CDI		-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ENTE	set/21	116,00% CDI		60.107	(50)	60.057	102.116	(34)	102.082	162.139
3ª Emissão - Série I	ENTE	ago/20	109,75% CDI		135	(54)	81	28.000	(37)	27.963	28.044
3ª Emissão - Série II	ENTE	dez/27	IPCA	6,47	59	(15)	44	12.000	(40)	11.960	12.004
2ª Emissão	ETEP	ago/20	109,75% CDI		16.723	(25)	16.698	28.411	(17)	28.394	45.092
3ª Emissão	Ferreira Gomes	nov/17	CDI	0,99	3.615	(1.319)	2.296	286.552	(11.873)	274.679	276.975
1ª Emissão	STN	ago/20	109,75% CDI		24.479	(116)	24.363	41.588	(68)	41.520	65.883
1ª Emissão	Transirapé	nov/17	CDI	0,99	-	-	-	-	-	-	-
2ª Emissão	Transirapé				26	(50)	(24)	30.000	(187)	29.813	29.789
1ª Emissão	Transleste				13.331	(56)	13.275	22.819	(89)	22.730	36.005
2ª Emissão	Transleste				26	(51)	(25)	30.000	(193)	29.807	29.782
2ª Emissão	Transudeste				4.127	(75)	4.052	45.918	(270)	45.648	49.700
Debêntures: Não Operacionais											
1ª Emissão	Verde 8				103.381	(258)	103.123			-	103.123
1ª Emissão	ETAP						-	150.170		150.170	150.170
1ª Emissão	ETC						-	100.085		100.085	100.085
Total consolidado - Debêntures					476.463	(4.526)	471.937	2.033.703	(21.904)	2.011.799	2.483.736
Total de empréstimos e financiamentos					1.104.737	(4.918)	1.099.819	3.756.778	(24.885)	3.731.893	4.831.712

## **GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)**

---

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2017, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e investidas.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas da controladora e das controladas foram atendidas.

Em 31 de dezembro de 2017 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$ 113.985 (R\$ 89.984 em 31 de dezembro de 2016).

#### **Debêntures**

##### **a) As principais características das debêntures são conforme segue:**

A Administração da Companhia, suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes S.A., o qual é exigido trimestralmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado das debentures. Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da



## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Companhia de acordo com as metodologias explícitas em seus contratos de suas controladas e investidas.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis.

#### Notas Promissórias - Controladora

Em 13 de Junho de 2017, em reunião de Quotistas foi aprovada a 2ª emissão de Notas Promissórias pela Companhia, as informações resumidas da distribuição da emissão das Notas Promissórias foram publicadas no diário Oficial de 28/06/2017. Apresentamos a seguir as informações resumidas das principais características da emissão das Notas Promissórias:

Notas Promissórias		
•	Número da Emissão	2ª segunda
•	Valor total de emissão:	R\$ 65.000.000,00
•	Características das Notas Promissórias	Emissão de 65(sessenta e cinco) Notas Promissórias, sendo 8(oito) da 1ª série e 57 da 2ª série)
•	Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
•	Data de emissão:	27/06/2017
•	Destinação dos recursos:	Os recursos líquidos oriundos da captação será destinado ao pagamento de notas promissórias comerciais da 1ª Emissão.
•	Condições de remuneração:	100% CDI , acrescida de 2,5% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").
•	Prazo de vencimento:	As notas promissórias da 1ª série terá seu vencimento em <b>28 de Junho de 2018</b> , e as notas promissórias da 2ª série terá o vencimento em <b>28 de Junho de 2019</b> .
•	Garantia:	(i) alienação fiduciária de 25.120.773 (vinte e cinco milhões, cento e vinte mil e setecentos e setenta e tres) ações ordinárias de emissão da Alupar Investimentos de titularidade da Emissora ("Ações Ordinárias Alienadas"), sendo que o valor das Ações Ordinárias Alienadas deverá ser, nos termos do Contrato de Garantia, equivalente a, no mínimo, a 200% (duzentos por cento) do valor das Notas Promissórias acrescidas da Remuneração até a Data de Vencimento da 2ª série;  e (ii) cessão fiduciária (a) de 100% (cem por cento) do fluxo de dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Emissora, decorrentes da totalidade de sua participação na Alupar, centralizados em uma conta vinculada aberta especificamente para esse fim e (b) da totalidade dos direitos detidos pela emissora sobre a Conta vinculada.

**GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
**(Em milhares de Reais)**

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
2018	-	595.258
2019	853.815	575.639
2020	875.201	489.105
2021	537.547	436.027
2022	303.594	223.665
2023	246.116	224.800
Após 2023	915.620	838.273
	<b>3.731.893</b>	<b>3.382.767</b>

**17. Tributos e Contribuições sociais corrente e diferido****a) Tributos e Contribuições sociais a recolher**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b><u>Circulante</u></b>				
IRRF	1.094	932	7.644	13.307
Provisão para Imposto de Renda	-	-	43.090	23.768
Provisão para Contrib. Social	-	-	28.116	20.793
PIS	5	5	3.475	3.059
COFINS	30	27	14.243	11.831
ICMS	-	-	6.312	7.316
INSS	16	2	3.105	2.532
ISS	52	52	1.267	1.521
Parcelamentos de impostos	-	-	-	-
Outros	38	22	977	15.156
	<b>1.235</b>	<b>1.040</b>	<b>108.229</b>	<b>99.283</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Parcelamentos de impostos	-	-	-	-
Outros impostos	-	-	2.132	1.493
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.132</b>	<b>1.493</b>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

#### b) Tributos e Contribuições Sociais diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b><u>Não circulante</u></b>				
Imposto de renda diferido	87	100	271.973	303.849
Contribuição social diferido	29	36	163.294	164.947
	<u>116</u>	<u>136</u>	<u>435.267</u>	<u>468.796</u>

#### 18. Provisões de Constituição de Ativos

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

A composição das provisões de constituição dos ativos é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b><u>Controladas</u></b>		
Companhia Transleste de Transmissão	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	11.026	11.722
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.943	6.252
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	494
Energia dos Ventos I S.A.	277	669
Energia dos Ventos II S.A.	129	492
Energia dos Ventos III S.A.	172	611
Energia dos Ventos IV S.A.	363	2.273
Energia dos Ventos X S.A.	253	589
Ferreira Gomes Energia S.A	<u>27.391</u>	<u>27.984</u>
	<u>45.554</u>	<u>51.086</u>
Circulante	38.877	42.979
Não circulante	<u>6.677</u>	<u>8.107</u>
	<u>45.554</u>	<u>51.086</u>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

#### 19. Provisão para gastos ambientais:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b><u>Controladas</u></b>		
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	30	30
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	9.251	9.301
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	664	667
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	41	340
Foz do Rio Claro Energia S.A.	69	62
Ijuí Energia S.A.	899	1.307
Energia dos Ventos X S.A	494	494
Ferreira Gomes Energia S.A	4.514	10.492
	<u>15.962</u>	<u>22.693</u>
Circulante	15.228	21.789
Não circulante	734	904
	<u>15.962</u>	<u>22.693</u>

A Companhia e suas controladas realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de UHE's e linhas de transmissão, e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado em curso. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

#### 20. Taxas Regulamentares e Setoriais

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE	2.247	2.387
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	7.209	7.652
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	382	472
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	47.432	40.565
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	1.003	1.002
Ministério de minas e energia - MME	503	498
<b>Total circulante</b>	<u>58.776</u>	<u>52.576</u>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

---

#### 21. Provisões para contingências

As provisões constituídas para contingências e respectivo saldo de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por natureza, estão abaixo demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Processos judiciais</b>				
Tributário	-	-	2.422	2.243
Cível	-	-	863	49
Fundiário	-	-	-	-
Trabalhista	1.003	1.003	5.536	4.475
<b>Total</b>	<b>1.003</b>	<b>1.003</b>	<b>8.821</b>	<b>6.767</b>
Circulante	-	-	77	277
Não circulante	1.003	1.003	8.534	7.493

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 2.000 para as demandas vinculadas a Companhia e R\$ 1.000 para as demandas vinculadas as empresas Controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota. O valor das causas possíveis na companhia é aproximadamente 16milhões.

#### 22. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2017 o capital social é de R\$ 476.726, totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.725.512 (Quatrocentos e setenta e seis milhões, setecentas e vinte e cinco mil, quinhentas e doze) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

A composição societária da Companhia em 31 de dezembro é a seguinte:

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Quotistas	Quantidade de Quotas	% participação
Cime Administração e Participações S.A	476.725.511	100,00%
Outros Pessoa Física	1	0,00%
Total	476.725.512	100,00%

#### Reserva de lucros

- **Reserva legal:** De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos;
- **Reserva de lucros:** Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

#### Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, registrados por reflexo.

#### Remuneração aos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

#### 23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas Financeiras</b>				
- Receitas de aplicações financeiras	14	190	112.254	72.415
- Juros sobre contratos de mutuos	82	-	82	-
- Outras	920	-	31.415	10.753
<b>Total</b>	<b>1.016</b>	<b>190</b>	<b>143.751</b>	<b>83.168</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
- Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	9.698	11.062	186.180	158.640
Encargos s/debentures	-	-	230.642	328.677
- Variações cambiais	-	-	754	3.868
- Juros sobre contratos de mutuos	998	1.413	998	1.413
- IOF	-	23	-	23
- Outras	361	1.863	16.219	34.973
<b>Total</b>	<b>11.057</b>	<b>14.361</b>	<b>434.793</b>	<b>527.594</b>

#### 24. Receita Operacional Líquida Consolidada

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b><u>Receita Bruta</u></b>		
Receita de transmissão de energia	113.560	114.924
Suprimento de energia	591.108	463.626
Remuneração do ativo financeiro da concessão	954.238	1.086.925
Receita de infra-estrutura	40.142	39.815
	<u>1.699.048</u>	<u>1.705.290</u>
<b><u>Deduções</u></b>		
ISS	(374)	(450)
PIS	(18.432)	(16.123)
COFINS	(84.804)	(73.950)
ICMS	(1.124)	(7.104)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(32.712)	(32.691)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(6.016)	(5.788)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(6.016)	(5.788)
Ministério de minas e energia - MME	(3.005)	(2.893)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(6.641)	(6.289)
Imposto sobre o valor agregado - IVA	(1.733)	(403)
	<u>(160.857)</u>	<u>(151.479)</u>
<b>Receita Operacional líquida</b>	<b>1.538.191</b>	<b>1.553.811</b>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

## 25. Instrumentos Financeiros

### 24.1. Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

### 24.2. Valor Justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

Consolidado						
	31/12/2017		31/12/2016		Critério de avaliação	Classificação
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	1.580.089	1.580.089	613.753	613.753	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	365.765	365.765	215.439	215.439	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	186.007	186.007	162.402	162.402	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	254.816	254.816	225.533	225.533	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	4.323.510	4.323.510	4.451.619	4.451.619	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos judiciais	19.501	19.501	17.621	17.621	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>6.729.688</u>	<u>6.729.688</u>	<u>5.686.367</u>	<u>5.686.367</u>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	145.740	145.740	170.386	85.644	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	2.347.976	2.347.976	2.319.217	1.796.923	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures	2.483.736	2.483.736	2.347.066	2.220.887	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>4.977.452</u>	<u>4.977.452</u>	<u>4.836.669</u>	<u>4.103.454</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.



Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

- (i) **BNDES:** em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- (ii) **FCO Banco do Brasil:** Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro.

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico [www.debentures.com.br](http://www.debentures.com.br) é próximo ao valor contábil.

### **24.3. Informações sobre Liquidez**

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 4.763.171, sendo que 22,91% desse valor (ou R\$ 1.091.383) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, consequentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e

os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

#### **24.4. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas**

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

##### **24.4.1. Risco de crédito**

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

##### **a) Contas a receber de clientes**

A habilidade das nossas controladas de transmissão e geração de energia elétrica de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e da capacidade de cobrá-los.

##### **b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do

Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

#### **24.4.2. Risco de liquidez**

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam aproximadamente o montante de R\$ 2.131.861 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

#### **24.4.3. Riscos de mercado**

##### **a) Risco Hidrológico**

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo “Generation Scaling Factor (GSF)” ou Fator de Ajuste MRE, que pode

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)**

---

resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

**b) Risco de descontração**

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas das controladas de geração estão sendo vendidos para o ACR e ACL, estando, aproximadamente, 15% descontratada a partir de 2015 quando combinado com os recursos da comercializadora de energia controlada da Companhia.

Desde 2015, as receitas das controladas de geração estarão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de

transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

#### **24.4.4. Risco de taxas de câmbio**

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 16,19% do total da dívida consolidada (11,03% em 31 de dezembro de 2016).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

#### **24.4.5. Risco de regulação**

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### **24.4.6. Risco financeiros**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.

#### **24.4.7. Risco de aceleração de dívidas**

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

#### **24.4.8. Risco de estrutura de capital**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o

## **GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)**

---

cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

#### **26. Informações por Segmento**

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas consistem na atividade de transmissão, geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e suas controladas e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

# GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

### Demonstração de resultado segregado por segmento em 31/12/2017

	Transmissão	Geração	Holding	Outros	Total
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.107.940</b>	<b>412.290</b>	-	<b>178.818</b>	<b>1.699.048</b>
Receita de transmissão de energia	113.560	-	-	-	113.560
Receita de infraestrutura	40.142	-	-	-	40.142
Remuneração do ativo financeiro da concessão	954.238	-	-	-	954.238
Suprimento de energia	-	412.290	-	178.818	591.108
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	-	-
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(100.505)</b>	<b>(38.699)</b>	-	<b>(21.653)</b>	<b>(160.857)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.007.435</b>	<b>373.591</b>	-	<b>157.165</b>	<b>1.538.191</b>
<b>Custo do serviço</b>					
Energia comprada para revenda	-	(95.501)	-	(16.925)	(112.426)
Compensação financeira pela utilização de recursos hí	-	(28.196)	-	-	(28.196)
Custo dos serviços prestados	(78.595)	(40.004)	-	(14.239)	(132.838)
Custo de infraestrutura	(40.142)	-	-	-	(40.142)
Depreciação / Amortização	(36)	(93.425)	-	(18)	(93.479)
	<b>(118.773)</b>	<b>(257.126)</b>	-	<b>(31.182)</b>	<b>(407.081)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>888.662</b>	<b>116.465</b>	-	<b>125.983</b>	<b>1.131.110</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>					
Administrativas e gerais	(41.685)	(19.510)	(38.565)	(31)	(99.791)
Depreciação / Amortização	-	-	(34)	-	(34)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	181.157	-	181.157
Outras receitas	-	11.212	41.816	-	53.028
Outras despesas	(3)	(112)	(40.489)	-	(40.604)
	<b>(41.688)</b>	<b>(8.410)</b>	<b>143.885</b>	<b>(31)</b>	<b>93.756</b>
<b>Lucro Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>846.974</b>	<b>108.055</b>	<b>143.885</b>	<b>125.952</b>	<b>1.224.866</b>
<b>Despesas e receitas financeiras</b>					
Despesas financeiras	(158.751)	(159.088)	(116.930)	(24)	(434.793)
Encargos de dívidas	(151.780)	(139.066)	(115.481)	-	(406.327)
Variações cambiais	(649)	(13.797)	(330)	-	(14.776)
Outras	(6.322)	(6.225)	(1.119)	(24)	(13.690)
Receitas financeiras	26.407	40.687	76.585	72	143.751
Receitas de aplicações financeiras	23.212	15.389	74.778	72	113.451
Outras	3.195	25.298	1.807	-	30.300
	<b>(132.344)</b>	<b>(118.401)</b>	<b>(40.345)</b>	<b>48</b>	<b>(291.042)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição sc</b>	<b>714.630</b>	<b>(10.346)</b>	<b>103.540</b>	<b>126.000</b>	<b>933.824</b>
IR e CSLL correntes	(88.148)	(15.363)	(101)	-	(103.612)
IR e CSLL diferidos	28.261	(8.645)	-	-	19.616
	<b>(59.887)</b>	<b>(24.008)</b>	<b>(101)</b>	-	<b>(83.996)</b>
<b>Lucro líquido Consolidado</b>	<b>654.743</b>	<b>(34.354)</b>	<b>103.439</b>	<b>126.000</b>	<b>849.828</b>
Participação de não controladores	(338.452)	(29.249)	(159.074)	-	(526.775)
<b>Lucro líquido</b>	<b>316.291</b>	<b>(63.603)</b>	<b>(55.635)</b>	<b>126.000</b>	<b>323.053</b>

## GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

---

#### 27. Seguros

A Companhia e suas controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra sinistros sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

#### 28. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

#### 29. Evento relevante

- Controlada Alupar Investimentos S.A.

##### Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumentam de capital realizado pela Companhia após o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são conforme segue:

Controlada	Data	Valor
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	04/01/2018	700
Água Limpa S.A.	16/01/2018	20
AF Energia S.A.	16/01/2018	600
BJL Transmissora de Energia Elétrica S.A.	01/02/2018	5.448
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	08/02/2018	1.020
Verde 8 Energia S.A.	27/02/2018	3.000
		<b>10.788</b>

---

Cristiane dos Santos Barbosa  
CRC 1 SP 147507/O-1

---

José Luiz de Godoy Pereira  
Diretor